

# Sumário

---

*Apresentação, xix*

*Prefácio à 4ª Edição, xxi*

*Objetivo do Trabalho, xxv*

**Capítulo I – Responsabilidade, 1**

- 1 Conceito, 1
  - 1.1 Dever jurídico originário e sucessivo, 2
  - 1.2 Distinção entre obrigação e responsabilidade, 2
    - 1.2.1 Da obrigação de indenizar, 3
- 2 Posicionamento da responsabilidade na teoria geral do Direito, 6
  - 2.1 Fato jurídico, 6
  - 2.2 Ato jurídico e negócio jurídico, 7
  - 2.3 Ato ilícito, 7
  - 2.4 Duplo aspecto da ilicitude, 9
  - 2.5 Ato ilícito em sentido estrito e amplo, 10
- 3 Função da responsabilidade civil, 13
- 4 Espécies de responsabilidade, 13
  - 4.1 Responsabilidade civil e penal, 14
  - 4.2 Responsabilidade contratual e extracontratual, 15
  - 4.3 Responsabilidade subjetiva e objetiva, 16
  - 4.4 Responsabilidade nas relações de consumo, 17
- 5 Pressupostos da responsabilidade subjetiva, 17
  - 5.1 Exclusão de ilicitude, 18
  - 5.2 Quadro sinótico da responsabilidade civil, 20

## Capítulo II – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva

### Pressupostos: Conduta Culposa, 22

- 6 A conduta, 23
  - 6.1 Conceito, 24
  - 6.2 Ação, 24
  - 6.3 Relevância jurídica da omissão, 24
  - 6.4 Fato próprio, de outrem e da coisa, 25
- 7 A imputabilidade, 25
  - 7.1 Conceito, 25
  - 7.2 Elementos, 26
  - 7.3 Menoridade, 26
  - 7.4 Insanidade, 27
  - 7.5 Responsabilidade dos incapazes, 27
- 8 A culpa *lato sensu*, 29
  - 8.1 Dolo e culpa – Distinção, 31
  - 8.2 Dolo – Conceito, 31
  - 8.3 Elementos, 32
  - 8.4 Culpa – *stricto sensu*, 32
  - 8.5 O dever de cuidado, 32
    - 8.5.1 Erro de conduta, 33
  - 8.6 Conceito, 35
  - 8.7 Elementos da conduta culposa, 35
  - 8.8 Previsão e previsibilidade, 35
  - 8.9 Falta de cuidado, 36
  - 8.10 Imprudência, negligência e imperícia, 37
- 9 Espécies de culpa, 37
  - 9.1 Culpa grave, leve e levíssima, 37
  - 9.2 Culpa contratual e extracontratual, 38
  - 9.3 Culpa *in eligendo*, *in vigilando* e *in custodiando*, 39
  - 9.4 Culpa presumida e culpa contra a legalidade, 39
  - 9.5 Culpa concorrente, 42

## Capítulo III – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva

### Pressupostos: Nexu Causal, 46

- 10 Conceito, 46
- 11 Teorias, 48
  - 11.1 Teoria da equivalência dos antecedentes, 48
  - 11.2 Teoria da causalidade adequada, 49
- 12 A teoria acolhida pelo nosso Direito Civil, 50
  - 12.1 O artigo 403 do Código Civil, 51
  - 12.2 Direito comparado, 53



- 13 Aplicação da teoria da causalidade adequada – Casos concretos, 53
  - 13.1 Primeiro caso, 54
  - 13.2 Segundo caso, 55
  - 13.3 Terceiro caso, 56
  - 13.4 Concorrência de causas, 57
- 14 Concausas, 60
  - 14.1 Concausas preexistentes, 60
  - 14.2 Concausas supervenientes ou concomitantes, 60
  - 14.3 Coparticipação. Solidariedade. Causalidade comum, 61
    - 14.3.1 Causalidade alternativa, 62
- 15 Causalidade da omissão, 65
- 16 Exclusão do nexu causal. Isenção de responsabilidade, 65
  - 16.1 Fato exclusivo da vítima, 66
  - 16.2 Fato de terceiro, 67
  - 16.3 Caso fortuito e força maior, 67

#### **Capítulo IV – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva** **Pressupostos: O Dano, 72**

- 17 Conceito, 72
- 18 Dano patrimonial, 73
  - 18.1 Dano emergente, 74
  - 18.2 Lucro cessante, 74
  - 18.3 Princípio da razoabilidade, 75
  - 18.4 A perda de uma chance, 77
- 19 Dano moral, 81
  - 19.1 Evolução doutrinária. Fase da irreparabilidade, 84
  - 19.2 Inacumulabilidade do dano moral e material, 85
  - 19.3 Posicionamento atual, 86
  - 19.4 Configuração do dano moral, 86
    - 19.4.1 Dano moral e inadimplemento contratual, 87
    - 19.4.2 Inexistência de dano moral por fato praticado no exercício regular de direito, 88
    - 19.4.3 A prova do dano moral, 90
    - 19.4.4 Legitimação para pleitear o dano moral. Indeterminação de ofendidos, 91
    - 19.4.5 Transmissibilidade do dano moral, 93
  - 19.5 Arbitramento do dano moral, 96
    - 19.5.1 Dano moral punitivo, 98
  - 19.6 Dano moral contra pessoa jurídica, 100
  - 19.7 Indenização pela morte de filho menor, 103
  - 19.8 Dano estético, 105

- 19.9 Dano material reflexo, 106
- 19.10 Dano à imagem, 108
  - 19.10.1 Uso da imagem de pessoa falecida. Direito próprio e novo dos herdeiros, 110
  - 19.10.2 Valor da indenização pelo uso indevido da imagem, 112
- 19.11 Dano moral causado por empresa de jornalismo – Liberdade de informação *versus* inviolabilidade da vida privada, 112
  - 19.11.1 Conceito de privacidade, 113
  - 19.11.2 Conceito de liberdade de expressão, 114
  - 19.11.3 Conceito de liberdade de informação, 114
  - 19.11.4 As duas vertentes da liberdade de informação, 114
  - 19.11.5 Restrição à liberdade de informação, 115
  - 19.11.6 Legitimação passiva para a ação de indenização por dano decorrente de publicação pela imprensa, 120
- 20 Liquidação do dano – Verbas indenizáveis, 120
- 20A Morte da vítima, 121
- 20B Lesão leve ou grave, 122
  - 20.1 Inabilitação da vítima para a profissão que exercia, mas não para outra, 122
  - 20.2 Pensão aos pais pela morte de filho. Termo final, 123
  - 20.3 Pensão a filho menor pela morte do pai. Termo final, 123
  - 20.4 Indenizações previdenciária e comum não se compensam, 124
  - 20.5 Seguro obrigatório e indenização comum. Compensação, 125
  - 20.6 O 13º salário, 125
  - 20.7 Correção monetária, 126
  - 20.8 Juros moratórios, 127
  - 20.9 A prova do dano, 128
  - 20.10 Legitimados para postular a indenização, 129
  - 20.11 Constituição de capital para garantir a pensão, 130
  - 20.12 Revisão do dano, 130
  - 20.13 Prescrição e decadência, 131
- Capítulo V – Responsabilidade Extracontratual Objetiva, 140**
  - 21 Evolução doutrinária, 140
    - 21.1 Fatores da evolução da responsabilidade objetiva, 141
    - 21.2 Fases da evolução, 141
  - 22 A teoria do risco, 142
  - 23 Modalidades do risco, 143
    - 23.1 O risco-proveito, 143
    - 23.2 O risco profissional, 143
    - 23.3 O risco excepcional, 144

- 23.4 O risco criado, 144
- 23.5 O risco integral, 144
- 24 O risco e o dever de segurança, 145
  - 24.1 Campo de incidência da responsabilidade objetiva, 146
- 25 Evolução da responsabilidade objetiva, 147
  - 25.1 Responsabilidade das estradas de ferro, 147
  - 25.2 Acidente do trabalho, 147
  - 25.3 Seguro obrigatório, 151
    - 25.3.1 Outras questões sobre DPVAT, 152
  - 25.4 Outras hipóteses de responsabilidade objetiva, 153
- 26 Socialização dos riscos, 155

## Capítulo VI – A Responsabilidade Objetiva no Código Civil, 159

- 27 O abuso do direito como ato ilícito, 160
  - 27.1 Origem, conceito e finalidade, 160
  - 27.2 Teorias sobre o abuso do direito, 161
  - 27.3 Características da ilicitude do abuso do direito, 162
  - 27.4 O abuso do direito como princípio geral, 163
  - 27.5 Excesso manifesto, 164
  - 27.6 Os limites estabelecidos pela lei, 165
    - 27.6.1 Fim econômico, 165
    - 27.6.2 A jurisprudência, 166
    - 27.6.3 Fim social, 168
    - 27.6.4 Boa-fé objetiva, 170
    - 27.6.5 Bons costumes, 171
- 28 Responsabilidade pelo desempenho de atividade de risco, 172
  - 28.1 Teoria do risco criado, 173
  - 28.2 Atividade normalmente desenvolvida, 173
  - 28.3 Por sua natureza implicar risco, 174
- 29 O dever de segurança, 176
- 30 Fato do serviço, 177
- 31 Campo de incidência da norma, 178
- 32 Responsabilidade dos empresários e empresas por danos causados por produtos, 180
  - 32.1 Teoria do risco do empreendimento, 181
- 33 Fato do produto, 182
- 34 O dever de segurança, 182
  - 34.1 Risco inerente ao produto, 183
- 35 Os responsáveis, 184
- 36 Excludentes de responsabilidade pela atividade de risco e pelo dano causado por produto, 185



37 O risco do desenvolvimento, 186

38 Conclusão, 187

### **Capítulo VII – Responsabilidade por Fato de Outrem, 191**

39 Responsabilidade direta e indireta, 191

40 Responsabilidade objetiva dos responsáveis, 193

41 Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores, 195

42 Exclusão da responsabilidade dos pais, 195

43 Acidente causado por filho habilitado para dirigir, 196

44 Questões de Direito Intertemporal, 198

45 Responsabilidade dos tutores e curadores, 198

46 Responsabilidade do empregador ou comitente, 199

46.1 Responsabilidade objetiva do empregador, 199

46.2 Teoria da substituição, 200

47 Campo de incidência do inciso III do artigo 932, 201

48 Noção de preposição, 202

49 Exoneração da responsabilidade do patrão, 203

50 Abuso ou desvio de atribuições do empregado, 204

50.1 Ação regressiva, 204

51 Responsabilidade das locadoras de veículos, 205

51.1 Fundamentos da Súmula, 206

52 Responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, hotéis e similares, 207

53 Participação gratuita no produto de crime, 209

### **Capítulo VIII – Responsabilidade pelo Fato das Coisas, 212**

54 Caracterização do problema, 212

55 A noção de guarda, 213

55.1 A noção de guarda intelectual, 214

56 O proprietário é o guarda presumido da coisa, 215

57 Responsabilidade do proprietário no caso de furto ou roubo do veículo, 216

58 Veículo emprestado, 217

59 Responsabilidade objetiva ou culpa presumida?, 219

59.1 Inexistência de regra no Código Civil, 220

60 Jurisprudência brasileira, 221

60.1 Acidente em escada rolante, 221

60.2 Acidente em elevador, 222

60.3 Acidente imobiliário, 222

61 Incidência do Código do Consumidor, 223

62 Responsabilidade das empresas de *leasing* pela coisa arrendada, 223

63 Veículo alienado, mas não transferido no DETRAN, 224

63.1 Venda simulada, 225

64 Responsabilidade por fato de animais, 226



- 65 Responsabilidade objetiva ou culpa presumida?, 228
  - 66 Responsabilidade pela ruína de edifício, 229
  - 67 Responsabilidade do dono do edifício, 232
  - 68 Culpa presumida do dono do edifício ou responsabilidade objetiva?, 233
  - 69 Responsabilidade por coisas caídas do prédio, 234
  - 70 Responsabilidade do habitante, 235
  - 71 Natureza da responsabilidade do habitante, 235
- Capítulo IX – Responsabilidade da Administração Pública, 238**
- 72 Evolução histórica, 238
    - 72.1 A irresponsabilidade do Estado, 239
    - 72.2 Concepção civilista, 239
    - 72.3 A teoria do órgão, 240
    - 72.4 A culpa anônima, 241
    - 72.5 A responsabilidade objetiva, 242
    - 72.6 Teoria do risco administrativo, 242
    - 72.7 Teoria do risco integral, 244
  - 73 A responsabilidade do Estado no Direito Brasileiro, 244
    - 73.1 O artigo 15 do Código Civil de 1916, 245
    - 73.2 Precursores da responsabilidade objetiva do Estado, 245
    - 73.3 A Constituição de 1946, 245
  - 74 O § 6º do artigo 37 da Constituição de 1988, 246
    - 74.1 Acolhimento da teoria do risco administrativo, 246
      - 74.1.1 A questão da *baía* perdida, 248
      - 74.1.2 Exclusão da responsabilidade estatal, 248
    - 74.2 Concorrência de causas. Culpa concorrente, 249
    - 74.3 O sentido do vocábulo *agente*, 250
    - 74.4 O sentido do vocábulo *terceiros*, 251
    - 74.5 Danos por omissão do Estado, 251
    - 74.6 Responsabilidade dos prestadores de serviços públicos, 255
      - 74.6.1 Responsabilidade subsidiária do Estado e não solidária, 258
      - 74.6.2 Responsabilidade dos tabeliães, notários e oficiais de registro, 259
  - 75 Danos decorrentes de obras públicas, 263
  - 76 Danos decorrentes de coisas ou pessoas perigosas de que o Estado tem a guarda, 265
  - 77 Danos decorrentes de fenômenos da Natureza e fato de terceiro, 266
    - 77.1 Posição da jurisprudência, 268
  - 78 Responsabilidade subjetiva do Estado, 270
  - 79 Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de atos judiciais, 271
    - 79.1 Adeptos da tese da irresponsabilidade, 271
    - 79.2 A posição do Supremo Tribunal Federal, 272
    - 79.3 Argumentos contra a irresponsabilidade, 272

- 79.4 Colocação do tema em face da Constituição de 1988, 273
- 79.5 Responsabilidade pela atividade jurisdicional – ato judicial típico, 274
  - 79.5.1 Responsabilidade por ato jurisdicional cautelar, 276
- 79.6 Responsabilidade pela atividade judiciária, 278
- 79.7 Responsabilidade pessoal do juiz, 279
- 80 Responsabilidade por atos legislativos, 280
  - 80.1 Leis de efeitos concretos, 280
  - 80.2 Leis inconstitucionais, 281

### **Capítulo X – Responsabilidade Contratual, 286**

- 81 Origem, 286
  - 81.1 Transmutação da responsabilidade aquiliana em contratual, 287
- 82 Conceito, 288
- 83 Unificação da responsabilidade, 289
- 84 Diferenças entre a responsabilidade contratual e a extracontratual, 290
  - 84.1 Relação jurídica preexistente, 290
  - 84.2 Culpa presumida, 291
- 85 Pressupostos da responsabilidade contratual, 291
  - 85.1 Existência de contrato válido, 291
  - 85.2 Inexecução do contrato, 292
  - 85.3 Dano e nexos causal, 294
- 86 Inadimplemento e mora, 295
  - 86.1 Mora e inadimplemento. Conceitos, 296
  - 86.2 Distinção entre mora e inadimplemento, 296
  - 86.3 Espécies de mora, 298
- 87 Juros de mora e cláusula penal, 298
  - 87.1 Função da cláusula penal, 299
  - 87.2 Cláusula penal compensatória, 299
  - 87.3 Cláusula penal moratória, 299
  - 87.4 Responsabilidade pré e pós-contratual, 300

### **Capítulo XI – Responsabilidade do Transportador, 306**

- 88 O contrato de transporte: importância social e jurídica, 307
  - 88.1 Alguns dados estatísticos, 307
  - 88.2 Omissão do Código de 1916, 308
- 89 O tríplice aspecto da responsabilidade do transportador, 309
  - 89.1 Responsabilidade em relação a terceiros, 309
  - 89.2 Responsabilidade em relação aos empregados, 310
  - 89.3 Responsabilidade em relação aos passageiros, 310
- 90 Características do contrato de transporte de passageiros, 311
  - 90.1 Obrigação de garantia. Cláusula de incolumidade, 311
- 91 Origem e evolução da responsabilidade contratual do transportador, 312

- 91.1 A Lei das Estradas de Ferro – Decreto nº 2.681/1912, 313
- 92 Presunção de responsabilidade, e não simples culpa presumida, 313
  - 92.1 Entendimento dominante, 314
  - 92.2 O advento do Código do Consumidor, 315
- 93 Exclusão de responsabilidade do transportador, 317
  - 93.1 O fortuito interno e o externo, 317
  - 93.2 O fato exclusivo do passageiro, 319
  - 93.3 O fato exclusivo de terceiro, 320
  - 93.4 Arremesso de pedra contra trem ou ônibus e assalto no curso da viagem, 321
  - 93.5 A necessidade de um seguro social, 326
- 94 Início e término da responsabilidade do transportador, 326
  - 94.1 Início da execução do contrato, 327
  - 94.2 O entendimento da jurisprudência, 327
  - 94.3 Início e término do transporte rodoviário, 328
- 95 Transporte gratuito, 328
  - 95.1 Transporte aparentemente gratuito, 329
  - 95.2 Transporte puramente gratuito, 329
  - 95.3 O artigo 736 do Código Civil, 330
  - 95.4 Responsabilidade aquiliana, 331
  - 95.5 Transporte clandestino, 333
- 96 A cláusula de não indenizar, 333
- 97 Responsabilidade do transportador aéreo, 333
  - 97.1 Transporte aéreo internacional, 334
  - 97.2 A Convenção de Varsóvia e o Código do Consumidor, 335
  - 97.3 Transporte aéreo nacional ou interno, 344
  - 97.4 A responsabilidade limitada do Código Brasileiro de Aeronáutica e o Código do Consumidor, 345
  - 97.5 Responsabilidade extracontratual do transportador aéreo, 348
  - 97.6 Revogação do artigo 269 do Código Brasileiro de Aeronáutica, 348
  - 97.7 Responsabilidade por danos causados ao passageiro ou terceiros no recinto do aeroporto, 349
- 98 Transporte de mercadorias, 349
  - 98.1 Transporte terrestre de mercadorias, 350
  - 98.2 Transporte aéreo de mercadorias, 351
  - 98.3 Transporte marítimo de mercadorias, 352
  - 98.4 Transporte de valores, 353
- 99 Conhecimento de transporte em original, 354
- 100 Desnecessidade de vistoria, 354

## **Capítulo XII – Responsabilidade do Construtor e do Incorporador, 359**

- 101 Natureza da responsabilidade, 359

- 102 Responsabilidade contratual do construtor, 360
- 103 Obrigação de resultado, 360
- 104 Vícios ou defeitos ocultos, 361
- 105 O alcance do artigo 1.245 do Código Civil de 1916, 362
  - 105.1 Interpretação evolutiva, 362
  - 105.2 A lição de Hely Lopes Meirelles, 364
  - 105.3 Modificação da legislação francesa, 365
  - 105.4 O artigo 618 do Código Civil, 365
- 106 Natureza do prazo previsto no artigo 1.245 do Código de 1916, 365
  - 106.1 Prazo de ordem pública, 366
  - 106.2 Prazo de garantia e não de caducidade, nem prescricional, 366
  - 106.3 O parágrafo único do artigo 618 do Código Civil, 367
- 107 Conceito de solidez e segurança da obra, 368
- 108 Responsabilidade extracontratual do construtor, 369
  - 108.1 Responsabilidade solidária do dono da obra, 370
- 109 Responsabilidade do incorporador, 371
  - 109.1 Conceito de incorporação, 371
  - 109.2 Obrigação do incorporador, 372
  - 109.3 Solidariedade entre o incorporador e o construtor, 373
  - 109.4 Incidência do Código do Consumidor, 374
    - 109.4.1 Incidência do Código do Consumidor na fase pré-contratual da incorporação, 375
    - 109.4.2 Incidência do Código do Consumidor na fase contratual da incorporação, 376
    - 109.4.3 Incidência do Código do Consumidor quanto à segurança da obra, 377
    - 109.4.4 Incidência do Código do Consumidor quanto à qualidade da obra, 378

### **Capítulo XIII – Responsabilidade Profissional, 383**

- 110 Considerações gerais, 383
- 111 Natureza da responsabilidade médica, 384
- 112 A responsabilidade pessoal do médico, 385
- 113 A prova da culpa, 386
  - 113.1 O erro profissional – A lição de Carvalho Santos, 387
  - 113.2 O entendimento de Nélson Hungria, 387
  - 113.3 O erro de diagnóstico, 388
  - 113.4 A posição da jurisprudência, 388
  - 113.5 Equipe cirúrgica e o erro anestésico, 389
  - 113.6 Inversão do ônus da prova, 391
  - 113.7 Violação do sigilo profissional, 391
  - 113.8 O dever de informar, 392

- 113.9 A perda de uma chance, 394
  - 114 Cirurgia estética – Obrigação de meio ou de resultado?, 395
  - 115 Responsabilidade médica empresarial – Hospitais, clínicas e casas de saúde, 398
    - 115.1 Responsabilidade dos médicos e hospitais no seguro de saúde, 402
    - 115.2 Exclusão da responsabilidade médica, 403
    - 115.3 O risco inerente do serviço, 405
  - 116 Responsabilidade de outras profissões, 406
    - 116.1 Responsabilidade dos dentistas, 406
  - 117 Responsabilidade do advogado, 407
    - 117.1 Ofensa irrogada em juízo, 409
- Capítulo XIV – Responsabilidade das Instituições Bancárias, 416**
- 118 Natureza da responsabilidade bancária, 416
  - 119 Incidência do Código do Consumidor, 417
    - 119.1 Depósitos bancários, 420
    - 119.2 Cheque falsificado, 420
    - 119.3 A Súmula 28 do Supremo Tribunal Federal, 421
    - 119.4 Recusa de pagamento de cheque regular, 421
    - 119.5 Violação do sistema eletrônico, 422
    - 119.6 Cartão de crédito, 423
  - 120 Cofre bancário de aluguel – Natureza jurídica, 426
    - 120.1 Responsabilidade do banco pelos bens guardados nos cofres – A cláusula de segurança, 427
    - 120.2 A prova do dano, 428
  - 121 Responsabilidade extracontratual dos bancos, 428
    - 121.1 Fundamento jurídico, 428
    - 121.2 Protesto indevido de título, 429
    - 121.3 Responsabilidade por assalto, 430
- Capítulo XV – Responsabilidade do Segurador, 435**
- 122 Importância socioeconômica do seguro, 435
  - 123 Conceito e finalidade do seguro, 436
    - 123.1 Risco objetivo e subjetivo, 438
  - 124 A base econômica do seguro, 438
    - 124.1 O princípio da mutualidade, 438
    - 124.2 Os princípios da garantia e da confiança, 439
    - 124.3 Equilíbrio econômico entre risco e prêmio, 439
    - 124.4 O princípio da boa-fé. Alma do seguro, 440
    - 124.5 O princípio da solidariedade – Cerne do seguro, 441
  - 125 Espécies de seguro, 442
    - 125.1 Seguro de coisas – Valor de mercado, 442

- 125.1.1 Cosseguro e seguro cumulativo, 443
- 125.2 Seguro de pessoas, 444
  - 125.2.1 Seguro em grupo, 444
  - 125.2.2 Formação do contrato de seguro em grupo, 445
  - 125.2.3 Natureza jurídica do contrato, 446
- 125.3 Seguro de saúde, 447
- 125.4 Seguro de responsabilidade civil, 448
- 126 Contrato de adesão, 449
- 127 Características da responsabilidade do segurador, 450
  - 127.1 Cláusulas limitativas do risco, 451
  - 127.2 O seguro e a concepção social do contrato, 452
  - 127.3 Cláusulas abusivas, 454
- 128 Excludentes de responsabilidade do segurador, 456
  - 128.1 As declarações do segurado, 458
  - 128.2 O agravamento do risco, 460
  - 128.3 A fraude no seguro, 461
  - 128.4 O suicídio involuntário, 463
  - 128.5 Outros atos ilícitos do segurado ou do beneficiado pelo seguro, 464
- 129 Questões polêmicas, 465
  - 129.1 Início da cobertura do seguro, 465
  - 129.2 Transferência do seguro, 466
  - 129.3 Veículo de origem ilícita, 467
  - 129.4 Ação direta do terceiro contra o segurador, 468
  - 129.5 Ação direta do beneficiário do seguro contra o segurador, 469
  - 129.6 Inexistência de ação direta do segurado contra o estipulante, 470
  - 129.7 Chamamento do segurador ao processo, 470
  - 129.8 Intervenção do Instituto de Resseguros do Brasil, 471
  - 129.9 A companheira como beneficiária do seguro de vida, 472
- 130 Prescrição, 472

## **Capítulo XVI – A Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo, 480**

- 131 A problemática dos acidentes de consumo, 480
- 132 Modificações introduzidas pelo CDC na responsabilidade civil nas relações de consumo, 482
  - 132.1 Teoria do risco do empreendimento, 484
  - 132.2 Princípios fundamentais da disciplina da responsabilidade do fornecedor, 485
- 133 A sistemática do CDC – fato do produto e do serviço, 487
  - 133.1 Fato do produto, 488
  - 133.2 O dever de segurança – fundamento da responsabilidade do fornecedor, 490
    - 133.2.1 O risco inerente e o dever de informar, 492

- 133.3 Os responsáveis, 493
  - 133.4 A solidariedade, 494
  - 133.5 Responsabilidade subsidiária do comerciante, 495
  - 133.6 Fato do serviço, 495
  - 133.7 Excludentes de responsabilidade do fornecedor, 497
  - 133.8 O risco do desenvolvimento, 503
  - 133.9 Inversão do ônus da prova *ope legis*, 505
  - 134 Responsabilidade dos profissionais liberais, 507
  - 135 Consumidor por equiparação, 508
  - 136 O direito de regresso, 509
  - 137 Responsabilidade por vício do produto e do serviço, 510
    - 137.1 Vício e defeito – distinção, 510
    - 137.2 Responsabilidade objetiva, 510
    - 137.3 Vício do produto e vício redibitório – distinção, 511
      - 137.3.1 Dano *circa rem* e *extra rem*, 511
    - 137.4 Os responsáveis, 512
    - 137.5 Vício de qualidade, 513
    - 137.6 Mecanismos reparatórios, 514
    - 137.7 Vício de quantidade, 516
    - 137.8 Vícios do serviço, 517
  - 138 Decadência e prescrição no Código do Consumidor, 518
    - 138.1 A sistemática do CDC, 520
    - 138.2 Prescrição, 520
    - 138.3 Causas que suspendem ou interrompem a prescrição, 521
    - 138.4 Decadência, 522
      - 138.4.1 Suspensão da decadência, 523
- Capítulo XVII – A Cláusula de não Indenizar, 528**
- 139 Conceito, 528
  - 140 Denominação, 528
  - 141 Diferença entre causa de irresponsabilidade e cláusula de não indenizar, 529
  - 142 Fundamento, 530
  - 143 Limites, 530
    - 143.1 A ordem pública, 531
    - 143.2 Dolo e culpa grave, 532
    - 143.3 Elemento essencial do contrato, 533
    - 143.4 Limitações legais, 534
  - 144 Conclusões, 536
- Capítulo XVIII – Influência da Sentença Criminal sobre o Juízo da Reparação, 541**
- 145 Tema polêmico, 541

- 146 Efeitos da sentença penal condenatória, 542
- 147 Unidade da falta e variedade de consequências, 543
- 148 A sentença penal absolutória, 544
  - 148.1 Sentença absolutória fundada em prova da inexistência do crime ou da autoria, 545
  - 148.2 Sentença absolutória fundada em falta de prova, 545
  - 148.3 Sentença absolutória por motivo peculiar do Direito Penal, 547
  - 148.4 Sentença absolutória fundada em excludente de ilicitude, 547
  - 148.5 Indenização por ato lícito, 548
  - 148.6 Sentença absolutória do Júri, 551
- 149 Sobrestamento do processo civil, 554
- 150 Repercussão da sentença penal na esfera administrativa, 555

***Bibliografia, 559***

***Índice Alfabético-Remissivo, 563***

***Índice da Jurisprudência, 583***

